

Prosa historiográfica: introdução

1. Época e aspectos gerais

Escritos historiográficos em Grécia e Roma: das *Histórias* de Heródoto (meados do séc. 5º a.C.) às *Res Gestae* de Amiano Marcelino (final do séc. 4º d.C.) – período de cerca de 800 anos.

Apenas uma porção ínfima da literatura histórica chegou até nós.

Algumas eras são mais bem representadas que outras. Para os sécs. 5º-4º a.C., temos Heródoto, Tucídides e Xenofonte – considerados os três grandes historiadores pelos antigos; no período helenístico (323 a 31 a.C. [da morte de Alexandre Magno à batalha de Ácio]), restam apenas três historiadores do lado grego: Políbio, Diodoro Sículo e Dioniso de Halicarnasso. Do lado romano, somente uma pequena fração sobreviveu das obras dos maiores historiadores: Salústio, Tito Lívio e Tácito.

Dois pontos para ter em mente: (a) nenhum relato histórico é completo: seleção do que se julga relevante é essencial para a apresentação; (b) nenhum relato histórico é isento de pontos de vista condicionados pela cultura na qual vive o historiador.

Discurso histórico é também uma forma literária: a narrativa histórica guarda afinidades com a ficção e outras formas de discurso em prosa. Trata-se de artefatos literários, com estrutura, tema e retórica própria.

Textos históricos também constroem a respectiva versão do passado que narram, não são apenas relato desinteressado dos fatos passados que o compõem.

Mas cuidado: não se deve supor que a historiografia é uma narrativa fictícia análoga às outras. O trabalho de investigação do historiador sempre houve, e muitas informações contidas nas obras antigas podem ser corroboradas por provas arqueológicas e epigráficas. Os antigos julgavam que o discurso historiográfico não se resume a uma simples narrativa plausível, mas que existe uma realidade anterior e subjacente que se pretende captar e representar. Cabe a nós discutir os métodos de cada historiador, para avaliar a fidelidade com que se executa essa tarefa.

Outro cuidado: não supor que os primeiros cronistas do passado foram gente bem-intencionada, mas desprovida de métodos científicos para recompor fatos pretéritos, métodos estes que seriam alcançados somente no séc. 19. Não há evolução linear na prosa historiográfica, do pior para o melhor. Em maior ou menor medida, o estudo do passado está sempre ligado ao presente, a seus interesses e às lentes que ele nos impõe. Na Grécia e em Roma, em específico, o passado serve não só como fonte de conhecimento, mas como inspiração e como guia.

Um terceiro cuidado: não supor que, na tradição historiográfica grega e latina, há uma evolução natural até as formas mais perfeitas. Felix Jacoby (1876-1959), por exemplo, o maior estudioso moderno da historiografia grega, dividiu o discurso historiográfico em cinco subgêneros: (a) mitografia; (b) etnografia; (c) cronografia; (d) história contemporânea ((i) narrativa de época contemporânea ao autor; (ii) ponto de vista helênico; (iii) abordagem pan-helênica); (e) história local.

Para Jacoby, Heródoto teria iniciado suas *Histórias* como “etnografia” e transitado à “história contemporânea” nos dois últimos livros de sua obra. A *Guerra do Peloponeso*, de Tucídides, teria levado esse subgênero à perfeição. Hoje em dia se discute se essa visão teleológica faz jus aos fatos.

2. O historiador e suas credenciais

Todo escrito historiográfico da época antiga contém elementos retóricos com que o historiador cria a sua própria autoridade literária, como alguém competente para narrar e explicar o passado (construção de uma *persona* que o público há de considerar digno de crédito e persuasivo). Na sociedade estratificada de Grécia e Roma, não importava pouco o *status* de quem falava: a prova da veracidade do historiador depende em boa parte do caráter do narrador, de como é percebido pelo público.

Narrador homérico: em termos amplos, sua autoridade poética vem da invocação às Musas. São fonte de inspiração e fornecem aquilo de que o poeta mortal é incapaz, além de garantirem, de certa forma, a verdade e a confiabilidade do relato.

Na *Odisseia*, narrador talvez exiba maior autoconsciência de sua autoridade poética. O bardo Fêmio, por exemplo, diz que é autodidata e ao mesmo tempo inspirado pelas Musas (12.347-9). Mas, nos dois épicos, a autoridade do narrador é absoluta: não há incertezas ao relatar as ações, as motivações, os propósitos. Trata-se de um narrador onisciente, fidedigno.

O historiador antigo, ao contrário do poeta épico, não professa onisciência nem recorre à inspiração. Em vez disso, vale-se de uma série de alegações. A mais comum é que a obra em questão resulta da investigação pessoal do autor (seja ela participação direta nos eventos ou consulta a informantes ou a obras anteriores).

A narrativa histórica é em boa parte feita em terceira pessoa, com emprego ocasional de um ou outro elemento de imitação (*mimese*) para retratar ações, pensamentos, intenções e palavras de personagens que, presume-se, realmente existiram e agiram dessa forma. O modelo é Homero, que forneceu à prosa historiográfica as seguintes características: (a) narrativa em terceira pessoa (de forma predominante); (b) tema: grandes ações (*érge érga*) e grandes discursos (*lógoi lógoi*); (c) articulação de uma sequência de eventos e discussão de causas e efeitos; (d) preocupação com o elogio e o resgate do esquecimento.

Mas a historiografia difere da épica por conter comentários à narrativa feitos pelo historiador, que dirige a atenção dos leitores para determinado sentido. Heródoto, por exemplo, faz intromissões em primeira pessoa, e frequentes, chamando atenção para seu próprio papel como organizador e expositor da sua história, aludindo às suas viagens, a seu trabalho de investigação, comparando relatos que integram a sua narrativa, tecendo comentários sobre a qualidade e a confiabilidade do material de que dispõe.

Já Tucídides evita a primeira pessoa, e só a usa em digressões. No geral, vale-se de uma terceira pessoa impessoal, numa linguagem de investigação e conjectura. Sua autoridade é fornecida pelo extenso prefácio à obra, no qual revela uma mente analítica, empenhada no relato de uma dinâmica impessoal e irrefutável.

Mas em ambos, Heródoto e Tucídides, o narrador está presente: em Heródoto, ao dar ênfase às suas fontes, não ao resultado homogêneo; em Tucídides, ao criar uma narrativa homogênea, sem

dar relevo ao processo de pesquisa. Ambos criam confiança: o primeiro por explicitar os meios, o segundo por apresentar o produto acabado.

3. Justificativa e método

Por que escrever um relato histórico? Argumento retórico comum é a grandeza do tema (feitos dignos de fama em Heródoto, a magnitude da guerra do Peloponeso em Tucídides). Trata-se do expediente retórico da amplificação (*amplificatio*). Cria-se uma imagem pública do historiador: seu relato não tem motivações privadas ou pessoais, o objetivo é salvaguardar a relevância do assunto de que trata.

Ver ou ouvir: os dois métodos de validação para historiadores antigos. Professava-se ter sido testemunha ocular de dado evento (autópsia) ou ter se informado com aqueles que nele tomaram parte. Já Odisseu, no elogio ao bardo Demódoco, diz que ele cantou “tudo quanto os aqueus fizeram e sofreram e penaram, como se tu próprio tivesses estado presente, ou tivesses ouvido de alguém que esteve” (*Odisseia* 8.487-91).

Ver é o melhor método, ouvir de quem viu é a segunda opção, mas como relatar acontecimentos não contemporâneos? Tradições nativas (epicóricas) são estimadas como forte importante por Heródoto. Mas e os mitos, por exemplo, devem eles ser levados em conta como história? Para Tucídides, mitos seriam pouco apropriados não só pelo fato de não se prestarem aos métodos de análise do material contemporâneo como ainda por sua natureza hiperbólica. Na historiografia posterior, adotam-se em geral três opções: os mitos (a) são excluídos, (b) ou são racionalizados, ou (c) são incluídos no relato, mas deixa-se ao leitor avaliar a sua confiabilidade.

4. Cronologia

Períodos tratados por Heródoto (c. 484-420 a.C.) e Tucídides (antes de 454-depois de 404 a.C.) em suas obras: respectivamente 560-479 a.C. e 431-411 a.C. Mas Tucídides engata a sua obra à de Heródoto através do relato (1.89-117) da formação do império ateniense entre 479 e 431 – a chamada *Pentecontaetia*. Xenofonte, nas *Helênicas*, inicia a obra onde Tucídides terminou a sua (411-362 a.C.).